



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2025		Data da abertura: 09/07/2025 às 09h no sítio https://www.gov.br/compras		
PROCESSO Nº E-2025/2601514				
Objeto:				
Contratação de empresa especializada para a Prestação de serviços em Infraestrutura elétrica, lógica e óptica Redes de Computadores da Cosanpa, incluindo o fornecimento de todos os materiais destinados a reparos, manutenção e execução de novo projetos, de acordo com as especificações e quantitativos técnicos estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.				
Valor Estimado (R\$)				
SIGILOSO				
Registro de Preço?	Vistoria	Garantia Contratual	Instrumento Contratual	Forma de Julgamento
NÃO	SIM Conforme Termo de Referência	SIM Conforme Termo de Referência	TERMO DE CONTRATO	MENOR PREÇO
DOCUMENTOS (Habilitação/Regularidade fiscal e Trabalhista/Econômico-financeira e Qualificação Técnica)			DOCUMENTOS COMPLEMENTARES	
<ul style="list-style-type: none"> - Habilitação, conforme disposto no Item 10 do Edital; - Habilitação Jurídica, conforme disposto no subitem 10.20; - Regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto no subitem 10.21; - Qualificação Econômico-financeira, conforme disposto no subitem 10.22. - Qualificação Técnica, conforme disposto no subitem 10.23. 			<ul style="list-style-type: none"> - Qualquer outra documentação exigida em diligência para esclarecer dúvidas na proposta e/ou documentos de habilitação. - Qualquer outro documento solicitado no Termo de Referência (anexo I do edital). 	
Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserva de Cota ME/EPP?	Exige Amostra/Dem/Teste	MODO DE DISPUTA	
NÃO	NÃO	NÃO	ABERTO	
Pedidos de Esclarecimentos/Impugnações				
Até 04/07/2025 para o endereço cpl@cosanpa.pa.gov.br				
Data de disponibilidade do edital			UASG – COSANPA	
24/06/2025			925802	
Observações Gerais				
<p>1. Recomenda-se a leitura do item 6.7, alíneas “j” e “k” do edital, referentes ao cumprimento das cotas de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e cota de aprendizagem.</p> <p>2. Vistoria Técnica: O licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, mediante agendamento através do e-mail: uest@cosanpa.pa.gov.br.</p> <p>2.1. Caso o licitante não tenha interesse na vistoria, deverá firmar declaração nesse sentido, concordando com as condições do local de trabalho, renunciando à possibilidade de alegar desconhecimento das instalações posteriormente.</p>				



A COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA, representada por seu Presidente **José Fernando de Mendonça Gomes Júnior**, torna público para ciência dos interessados que, através de seu (sua) pregoeiro (a) **Claudine Sarmanho Ferreira**, designado pela Portaria de nº 097/2025, realizará o certame licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO**; que será regida pelos termos estabelecidos neste Edital e seus anexos, nos termos da **Lei nº 13.303/2016**, do **Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSANPA – RILC**; da **Lei Complementar nº 123/2006** (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte); da **Lei Estadual nº 8.417/2016** (Estatuto das Microempresas e EPP); **Decreto Estadual nº 2.121/2018** dispõe sobre normas gerais de licitações e contratos da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito do Estado do Pará; **Lei nº 12.846/2013** (Lei Anticorrupção) e do Código Civil Brasileiro, conforme condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, plataforma **Compras Governamentais**, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.
- 1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Companhia de Saneamento do Pará – COSANPA, credenciado na função de Pregoeiro (a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para os sistemas de compras eletrônicas utilizadas pela Administração Direta e Indireta, disponível no Portal Eletrônico de Compras Governamentais, no endereço www.gov.br/compras.
- 1.3. A sessão de abertura será a partir das **09h00min do dia 09/07/2025 (horário oficial de Brasília/DF)**
- 1.4. Edital disponível nos sites <https://www.cosanpa.pa.gov.br> e www.gov.br/compras
- 1.5. Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO**.
- 1.6. Modo de Disputa: **ABERTO**.

2. OBJETO

2.1. Esta licitação tem como objeto a Contratação de empresa especializada para a Prestação de serviços em Infraestrutura elétrica, lógica e óptica Redes de Computadores da Cosanpa, incluindo o fornecimento de todos os materiais destinados a reparos, manutenção e execução de novo projetos, de acordo com as especificações e quantitativos técnicos estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 3.1. Sua execução será conforme as demandas da Companhia de Saneamento do Pará-COSANPA, conforme classificação orçamentária: **4.5.75217.5300.10000.2410.40.323172-SUPORTE E MANUTENÇÃO**.
- 3.2. O valor do orçamento previamente estimado para o objeto deste Pregão será sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.
- 3.3. O valor do orçamento estimado poderá ser divulgado após finalizada a fase de lances, somente para subsidiar negociação em caso de ofertas superiores a esse referencial.

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 4.1. Qualquer pessoa física ou jurídica é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame.
- 4.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser endereçados ao (a) Pregoeiro (a), exclusivamente por meio do endereço eletrônico cpl@cosanpa.pa.gov.br.
- 4.3. Caberá ao (a) Pregoeiro (a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e seus anexos, responder a impugnação ou ao pedido de esclarecimento.
- 4.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 4.5. A impugnação e/ou pedido de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame.



- 4.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 4.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.
- 4.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no Sistema e vincularam os participantes e a administração.
- 4.9. Qualquer impugnação ou pedido de esclarecimento, encaminhados fora dos prazos e horários estabelecidos neste edital serão considerados intempestivos, não tendo a Administração obrigação de respondê-los.

5. CREDENCIAMENTO

- 5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Estadual, no sítio <https://www.gov.br/compras>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 5.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras sua proposta e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 5.5. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.
- 5.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 5.7. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 6.1. Poderão participar da presente licitação qualquer pessoa física ou jurídica legalmente estabelecida no País e que atendam às exigências deste Edital e seus anexos.
- 6.2. Desempenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação e que estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sistema de Compras do Governo Federal, por meio do sítio eletrônico www.gov.br/compras/pt-br
- 6.3. Atendam às exigências constantes neste Edital e seus Anexos, em especial quanto à documentação requerida para sua habilitação;
- 6.4. Não será admitida a participação de licitantes que:
- Se enquadrem em um ou mais impedimentos do artigo 38 da Lei Federal nº 13.303/2016;
 - Estejam constituídos sob a forma de consórcio ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
 - Com registro de inidoneidade no SICAF;
 - Com registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;
 - Empresas em processo de falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;
 - Empresas em recuperação judicial salvo, se apresentarem certidão emitida pelo juízo competente, afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente, conforme Acórdão nº 1201/2020 – TCU;**
 - Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber** citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - Que possuam em seu contrato social, estatuto social ou documento equivalente, finalidade ou objetivo incompatível com o objeto deste certame;



- i) Cooperativa de mão de obra, conforme Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União;

6.5. Para os fins desta licitação, os impedimentos referidos neste Edital serão verificados mediante consulta em nome da sociedade empresária licitante (matriz ou filial) e de seus sócios majoritários nos Portais Eletrônicos:

- a) Tribunal de Contas da União - TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>),
b) Secretaria de Estado da Fazenda do Pará – SEFA/PA (<https://app.sefa.pa.gov.br/cadin/publico>);
c) Controladoria-Geral da União-CGU (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); .

6.6. As consultas serão realizadas em nome da sociedade empresarial da licitante e de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

6.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará em campo próprio do **Sistema Eletrônico Compras Governamentais** as seguintes declarações:

- a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos. 42 a 49;
b) Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, quando for o caso;
c) Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa ou empresa de pequeno porte, quando for o caso.
d) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
e) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
f) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
g) Que a proposta foi elaborada de forma independente;
h) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
i) Se desenvolve ou não programa de integridade;
j) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas., conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991.
k) Que cumpre, sob as penas da Lei a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no artigo 429 da CLT.

6.8. A veracidade das declarações de que tratam alíneas “ j ” e “k ” do item anterior será aferida na fase de habilitação, por meio de consulta ao portal do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE / Secretaria de Inspeção do Trabalho (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br>), devendo a situação licitante constar nas certidões correspondentes como DESOBRIGADO, IGUAL ou SUPERIOR ao estabelecido na legislação.

6.9. Ante à constatação do não cumprimento das obrigações de que tratam os subitens acima com base nas certidões obtidas junto ao portal do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, será oportunizado à licitante, no prazo de **02 (duas) horas**, a apresentação de documentos oficiais detentores de fé pública (Decisão Judicial, documento emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE etc.), que garantam a participação em licitações sem o devido cumprimento às cotas de PCD e Aprendiz.

6.10. O prazo estabelecido no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação da licitante via chat, formulada antes de findo o prazo inicialmente concedido e formalmente aceita pelo (a) Pregoeiro (a).

6.11. A não comprovação no prazo estabelecido no **subitem 6.9** ou a apresentação de documentos não oficiais que detenham fé pública, ensejará a inabilitação da licitante.

6.12. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.



7. DO ENVIO DA PROPOSTA

7.1. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.3. O licitante deverá apresentar a proposta de preços de forma detalhada bem como valores unitários e totais, descrevendo A ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E/OU MATERIAIS OFERTADOS, conforme a especificação técnica constante no Anexo do termo de referência.

7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7.8. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, sob pena de desclassificação do certame.

7.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas estaduais, quando participarem de licitações públicas.

7.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Pará e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

7.11. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, assim que convocados para anexar, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço atualizado ao valor do lance.

7.12. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, desde que estejam no prazo de validade, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.13. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.14. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.15. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO**.

7.16. Em casos de lotes ou lote único não serão aceitos preços unitários dos itens que compõem o grupo superiores aos estimados pela Companhia.

7.17. O preço proposto deverá contemplar todos os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.) e despesas necessárias à entrega do objeto da licitação.

7.18. Se a proposta/lance de menor valor não for aceitável, ou se a empresa desatender as exigências de habilitação, o (a) Pregoeiro (a) examinará a oferta subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta/lance que atenda o Edital.

7.19. O licitante poderá participar desta licitação por intermédio de sua matriz ou filial, desde que cumpra as condições exigidas para habilitação e credenciamento, em relação ao estabelecimento com o qual pretenda participar do certame.



7.20. O CNPJ do estabelecimento que participar do certame, matriz ou filial, deverá ser o mesmo a constar na Minuta de Contrato a ser firmado com a COSANPA e nas Notas Fiscais/Faturas emitidas, quanto à aquisição dos materiais contratados. Dessa forma, não será admitida a emissão de Notas Fiscais/Faturas com CNPJ de estabelecimento diverso daquele participante da licitação.

7.21. Havendo discordância entre as especificações deste objeto descritas no COMPRAS GOVERNAMENTAIS, e nas especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

7.22. No campo de “descrição detalhada do objeto ofertado” do sistema <https://www.gov.br/compras>, o licitante, obrigatoriamente deverá descrever a síntese do objeto ofertado, não sendo aceitável como descrição apenas o uso da expressão “conforme o Edital” ou expressões similares.

7.23. É vedado ao licitante qualquer tipo de identificação quando do registro de sua proposta de preços no sistema Compras Governamentais, inclusive a indicação de marca e fabricante no campo “descrição detalhada do objeto ofertado” (quando for o caso), sob pena de desclassificação no certame. A marca e fabricante devem ser indicados em campo próprio no sistema do <https://www.gov.br/compras>.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

8.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.9. Modo de disputa adotado nesta licitação:

8.9.1. Aberto: Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações. (Tempo fixo: 10 minutos / Prorrogações automáticas: 2 minutos).

8.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11. Quando houver desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) e caso persista por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o (a) pregoeiro (a), assessorado (a) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com o subitem anterior deverão ser desconsiderados pelo (a) pregoeiro (a), devendo a ocorrência ser registrada em campo próprio do sistema.

8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



8.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, e no art. 8º da Lei Estadual nº 8.417, de 2016.

8.19. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até **5%** (cinco por cento) acima da proposta ou lance de MENOR PREÇO serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.20. A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.21. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5%** (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.22. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.23. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

8.24. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no **art. 55, incisos de I a IV, da Lei nº 13.303/16**, assegurando-se a preferência, sucessivamente:

Art. 55. Em caso de empate entre 2 (duas) propostas, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os seguintes critérios de desempate:

I - disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;

III - os critérios estabelecidos no art. 3o da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;

IV - sorteio.

8.25. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.26. O (A) pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e termo de referência, **conforme a solicitação do (a) pregoeiro (a) no ato da sessão**.

8.27. A COSANPA não aceitará qualquer cobrança posterior de quaisquer encargos financeiros adicionais, salvo se criados após a data de abertura desta licitação, desde que observem os requisitos e critérios relativos aos procedimentos de reequilíbrio econômico-financeiro da contratação, conforme definido neste Edital, seus anexos e no RILC da COSANPA.

8.28. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. O (A) Pregoeiro (a) decidirá sobre a aceitação dos preços obtidos, e divulgará o resultado do julgamento das propostas.



- 9.2.** Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo (a) Pregoeiro (a) acerca da aceitação do lance de menor valor global, o (a) mesmo (a) anunciará o licitante vencedor.
- 9.3.** Será desclassificada a proposta que apresentar preço final manifestamente inexequível.
- 9.4.** Não serão aceitos preços superiores ao estabelecido pela administração
- 9.5.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 9.6.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 9.7.** O (A) Pregoeiro (a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.8.** O prazo estabelecido **poderá** ser prorrogado pelo (a) Pregoeiro (a) **por solicitação via chat**, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita.
- 9.9.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo (a) Pregoeiro (a), destacam-se os que contenham as características do material ou serviço ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo (a) Pregoeiro (a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.10.** Também nas hipóteses em que o (a) Pregoeiro (a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 9.11.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.12.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de passar para a proposta à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 9.13.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma dos **artigos 56 e 57 da Lei nº 13.303/2016**.
- 9.14.** Conforme o art. 11, § 2º da Lei Estadual 8.417/2016, na hipótese de uma mesma licitante vencer tanto a Cota Reservada (quando houver) quanto a Cota Principal relativa ao mesmo objeto, a contratação deverá ocorrer pela menor proposta válida.
- 9.15.** Conforme o art. 11, § 5º da Lei Estadual 8.417/2016, nos casos de Cota Reservada (quando houver), e não tendo vencedor para ela, este deve ser adjudicado ao vencedor da Cota Principal ou, em caso de recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço oferecido pelo primeiro colocado da Cota Principal.
- 9.16.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será verificada a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1 Na fase da habilitação, será verificado eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.2 SICAF;

10.3 Portal Eletrônico do TCU;

10.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



10.5 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, será feita diligência para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.6 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.7 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.8 Constatada a existência de sanção, o (a) Pregoeiro (a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.9 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.10 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

10.11 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

10.12 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

10.13 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

10.14 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.15 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.16 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.17 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.18 Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.19 Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.20 Habilitação jurídica:

10.20.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.20.2 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.20.3 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.20.4 No caso de sociedade empresária, inclusive Sociedade Limitada Unipessoal-SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.20.5 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

10.20.6 Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.



10.20.7 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.20.8 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.20.9 No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

10.20.10 No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

10.20.11 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.20.12 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.20.13 Decreto de autorização, devidamente arquivado, quando se tratar de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, com procurador residente domiciliado no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.21 Regularidade fiscal e trabalhista:

10.21.1 Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN no 1.751, de 2/10/2014;

10.21.2 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.21.3 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, instituída pela Lei Federal nº 12.440/11;

10.21.4 Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.21.5 Caso o licitante seja considerado **isento** dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.21.6 Caso o (s) licitante (s) detentor (res) do (s) melhor (res) lance(s) seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.22 Qualificação Econômico-Financeira:

10.22.1 Certidão Negativa de Falência ou Concordata, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais expedida pelo distribuidor da sede jurídica da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, com data de expedição não superior a **90 (noventa) dias** quando não houver prazo de validade expresso;

10.22.2 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.22.3 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

10.22.4 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.22.5 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

10.22.6 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

10.22.7 A proponente deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido no valor de **10% (dez por cento)** da oferta apresentada, devendo a comprovação ser feita relativamente à data de sua apresentação, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses, para demonstrar sua boa situação financeira.



10.22.8 No caso de empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

10.23 Qualificação Técnica:

10.23.1 Considerando o interesse de que atendam aos requisitos normativos pertinentes ao objeto deste Edital, a licitante deverá ser, comprovadamente, capacitada para execução do contrato, pelo que a proponente deverá apresentar, **os documentos de qualificação técnica a seguir:**

a) **QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL:**

a.1) **Atestado de Capacidade Técnica**, demonstrando experiência do fornecimento dos materiais e/ou prestação de serviços, emitido por entidade pública ou privado, que comprove a aptidão para desempenho do objeto do presente certame, sendo pertinente e compatível em características, quantidade e prazos com o termo de referência, emitido em nome e CNPJ/MF da matriz e/ou filial(ais) da licitante.

b) **QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:**

b.1) Apresentação da Declaração de equipe técnica, contendo ao mesmo 01(um) profissional com formação técnica ou superior na área de Redes, Telecomunicações ou Elétrica, designado para ser o responsável pelo serviço, além de, no mínimo, 01(um) profissional certificado em cabeamento estruturado e 01(um) profissional certificado em eletricidade;

b.2) Apresentação de currículo dos profissionais contidos na declaração citada no subitem anterior, apresentar documentos comprobatórios da formação, tais como: certificados, diplomas e/ou registro no conselho de classe dos profissionais; e

b.3) Comprovação do vínculo profissional com a LICITANTE, dos profissionais elencados na declaração de equipe técnica, poderá se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, ou Declaração de contratação futura do profissional indicado na relação apresentada, devidamente acompanhada de anuência do profissional.

10.23.2. **Não serão aceitas notas fiscais de fornecimento em substituição aos atestados de que trata os subitens acima, porém essas poderão ser eventualmente solicitadas em sede de diligência, a fim de comprovar a veracidade dos atestados.**

10.23.3. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.23.4. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.23.5. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, ela será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.23.6. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.23.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade dela.

10.23.8. O licitante provisoriamente vencedor em um lote, que estiver concorrendo em outro lote, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.23.9. **As certidões que não apresentarem prazo de validade expresso serão consideradas válidas pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da respectiva emissão, exceto se existente legislação específica indicativa de prazo distinto.**



10.23.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.23.11. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.23.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.23.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação, e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista, se for o caso, será concedido o prazo de, no mínimo de **10 (dez) minutos**, para que qualquer licitante manifeste, de forma imediata e em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer

11.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante implicará decadência do direito de interpor recurso.

11.3. A recorrente deverá apresentar as razões do recurso por meio do sistema eletrônico no prazo de **3 (três) dias úteis**, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas, para querendo, apresentar contrarrazões, também por meio do sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias úteis** que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Decididos os recursos, caso existam, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

11.6. O acompanhamento dos resultados, recursos e atas pertinentes a este certame poderão ser consultados no endereço <https://www.gov.br/compras>, que será atualizado a cada nova etapa constante no Edital.

11.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11.8. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.3. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail ou qualquer outra forma de comunicação profissional, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.6. A convocação feita por e-mail ou qualquer outra forma de comunicação profissional dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado e homologado ao licitante declarado vencedor, por ato do da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados (em caso da existência do mesmo).



14. DO CONTRATO

14.1. Conforme minuta do contrato no **Anexo II** deste Edital.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).

15.3. Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

15.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

15.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

15.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

15.7. No julgamento das propostas e da habilitação, o (a) Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.11. Os usuários têm à disposição canais de comunicação específicos para denunciar irregularidades na prestação dos serviços. Para tanto, poderão utilizar:

- E-mail: denuncias@cosanpa.pa.gov.br.

- Formulário de denúncia disponível no site da COSANPA.

15.11.1. As denúncias serão analisadas e respondidas em um prazo máximo de 48 horas, assegurando que os denunciante sejam informados sobre as ações tomadas em resposta às suas reclamações.

15.12. O licitante deverá observar a política de integridade disponível no Site da COSANPA, no item INSTITUCIONAL (Código de Conduta de Integridade), conforme recomendação constante no art. 32, inciso V, combinado com art. 9º, todos da Lei nº 13.303/2016.

15.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.15. Os litígios decorrentes deste procedimento licitatório serão dirimidos no foro da cidade de Belém/PA, pela Justiça Estadual.

16. FAZEM PARTES INTEGRANTES E INDIVISÍVEIS DO PRESENTE EDITAL OS ANEXOS ABAIXO:

16.1.1. Anexo I – Termo de Referência;

16.1.2. Apêndice I – Relação de material e Serviços;

16.1.3. Apêndice II – Relação de endereços das Unidades da Cosanpa;

16.1.4. Apêndice III – Ficha Técnica dos Equipamentos; e

16.1.5. Anexo II - Modelo de proposta; e



COMPANHIA
DE SANEAMENTO
DO PARÁ



16.1.6. Anexo III - Minuta do Contrato.

Belém/PA, 23 de junho de 2025.

CLAUDINE
SARMANHO
FERREIRA:57392064
215

Assinado de forma digital
por CLAUDINE SARMANHO
FERREIRA:57392064215
Dados: 2025.06.23 11:55:37
-03'00'

Claudine Sarmanho Ferreira
Pregoeira

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS Nº 006/2025-UEST/UEDS/USTI

PAE nº E-2025/2601514

OBJETO DE CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada para a Prestação de serviços em Infraestrutura elétrica, lógica e óptica Redes de Computadores da Cosanpa, incluindo o fornecimento de todos os materiais destinados a reparos, manutenção e execução de novos projetos, de acordo com as especificações, quantidades e condições constantes deste Termo de Referência.

O QUE SERÁ CONTRATADO?

	Descrição	Valor Estimado
Lote único	<i>Empresa especializada no fornecimento de serviços, suprimentos e equipamentos, utilizados em operações rotineiras de infraestrutura de redes de computadores. Incluindo o fornecimento de todo material e a execução de serviços voltados para reparos, manutenção e implantação de projetos de infraestrutura de rede elétrica, lógica e óptica das Unidades de Relacionamento da COSANPA — Sede e Região Metropolitana — conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência.</i>	

Planilha quantitativa no apêndice I.

Planilha com endereços das unidades de relacionamento no apêndice II.

Descrição e configuração dos equipamentos, no apêndice IIII.

JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO EM LOTES*

- 1- A contratação por Lotes apresenta inúmeras vantagens e fundamentos alinhados com as exigências da Administração da COSANPA, tais como: otimização de custos, redução de burocracia, e aprimoramento da Qualidade dos Serviços, possibilitando estabelecer critérios e padrões para todos os serviços contratados em um lote;*
- 2- A contratação por lotes elimina a necessidade de lidar com contratos e fornecedores em grande número e mais do que o necessário. Isso simplifica os trâmites administrativos e reduz a burocracia envolvida na contratação de cada serviço individualmente;*
- 3- O agrupamento de itens em lotes pode simplificar o processo para os licitantes, que podem concentrar suas propostas em pacotes específicos, evitando a fragmentação da concorrência. Além de permitir uma condução mais rápida e eficiente do processo licitatório, reduzindo o tempo necessário para a conclusão e adjudicação dos contratos.*

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?	<i>A Unidade Executiva de Suporte Tecnológico (UEST) busca cumprir o compromisso de garantir a eficácia dos recursos computacionais, mantendo</i>
--------------------------------------	---

	<p><i>uma alta disponibilidade. É crucial fornecer suporte adequado para mudanças estruturais, como realocações de setores e integração de novos funcionários que necessitam de pontos de rede.</i></p> <p><i>A contratação se faz necessária para garantir suporte adequado às operações institucionais, promovendo maior eficiência, conectividade e segurança. A implementação de uma rede lógica certificada e de instalações elétricas adequadas para os equipamentos de rede, alinhadas às melhores práticas de infraestrutura permitirá atender à crescente demanda por serviços digitais, melhorar a comunicação interna e externa e assegurar a disponibilidade dos sistemas críticos, fundamentais para as atividades da Companhia.</i></p>
--	---

NATUREZA DO SERVIÇO

CARACTERÍSTICA	<input type="checkbox"/> Comum <input checked="" type="checkbox"/> Técnico profissional especializado
MÃO DE OBRA	<input type="checkbox"/> Com dedicação exclusiva <input checked="" type="checkbox"/> Sem dedicação exclusiva
HAVERÁ GARANTIA DO SERVIÇO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. O contratado deverá prestar garantia pelos serviços prestados de, no mínimo, 12 meses, após a sua conclusão.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

FORMA DE CONTRATAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico <input type="checkbox"/> Pregão presencial <input type="checkbox"/> Concorrência. <p style="text-align: right;">Justificativa:</p>
MODO DE DISPUTA	<input checked="" type="checkbox"/> Aberto <input type="checkbox"/> Fechado <input type="checkbox"/> Fechado/Aberto <p style="text-align: right;">Justificativa:</p>
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço. <input type="checkbox"/> Melhor técnica <input type="checkbox"/> Maior desconto. <input type="checkbox"/> Melhor técnica e preço
O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não. <p style="text-align: right;">Justificativa:</p>
GARANTIA DA PROPOSTA	<input checked="" type="checkbox"/> Inexistente <input type="checkbox"/> De 1% do valor estimado <p style="text-align: right;">Justificativa:</p>

REQUISITOS DA CONTRATADA

<p style="text-align: center;">SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?</p>	<p style="text-align: center;">Qual?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A empresa CONTRATADA deverá apresentar declaração de equipe técnica, contendo ao menos 01 (um) profissional com formação técnica ou superior na área de Redes, Telecomunicações ou Elétrica, designado para ser o responsável pelo serviço, além de, no mínimo, 01 (um) profissional certificado em cabeamento estruturado e 01 (um) profissional certificado em eletricidade; 2. Para fins de habilitação técnica, admite-se a apresentação de currículo dos profissionais, devendo a licitante, caso se sagre vencedora, apresentar documentos comprobatórios da formação, tais como: certificados, diplomas e/ou registro no conselho de classe dos profissionais; 3. A comprovação do vínculo profissional com a LICITANTE, dos profissionais elencados na declaração de equipe técnica, poderá se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, ou Declaração de contratação futura do profissional indicado na relação apresentada, devidamente acompanhada de anuência do profissional. <p style="text-align: center;"><i>A exigência de habilitação técnica para a contratação de é fundamental para garantir a qualidade e segurança dos serviços prestados.</i></p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p style="text-align: center;">QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual. Justificativa: <i>Resguardar a administração pública</i></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Atestado de capacidade, relativo à qualificação técnico operacional. Justificativa: <i>A exigência do Atestado de Capacidade Técnica é fundamental para assegurar que a empresa contratada possua experiência comprovada e qualificação para executar os serviços com qualidade, segurança e eficiência.</i></p>
<p style="text-align: center;">HÁ CRITÉRIO DE</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim. Especificar: <i>(Indicar o critério).</i></p>

SUSTENTABILIDADE?	<input checked="" type="checkbox"/> Não.
HÁ PREVISÃO DE VISTORIA?	<p>Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria facultativa nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 10h00min às 16h00min, devendo o agendamento ser efetuado previamente através do e-mail uest@cosanpa.pa.gov.br.</p> <p>Em hipótese alguma, o desconhecimento das condições operacionais e desafios do projeto poderão ser alegados como justificativa para inexecução ou execução irregular do serviço a ser prestado.</p> <p>O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.</p> <p>Caso o licitante não tenha interesse na vistoria, deverá firmar declaração nesse sentido, concordando com as condições do local de trabalho, renunciando à possibilidade de alegar desconhecimento das instalações posteriormente.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	
COMO O SERVIÇO SERÁ PRESTADO?	<p><input checked="" type="checkbox"/> O serviço será prestado conforme emissão de ordem de serviço.</p> <p><input type="checkbox"/> O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato, contudo a prestação poderá estar sujeita à emissão de ordem de serviço pelo fiscal do contrato.</p>
LOCAL E HORA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	O serviço deve ser prestado nas unidades da COSANPA localizadas na Região Metropolitana e Interiores do Estado do Pará , conforme apêndice II, em data e horário programados.
PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO	
PRAZO DO CONTRATO	<input checked="" type="checkbox"/> 12 meses. <input type="checkbox"/> Outro (especificar)
HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 81 da Lei Federal nº 13.303/16.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
FORMA DE PAGAMENTO	Meio Conta bancária.

	<p>Onde? Conta corrente da contratada</p>
	<p>Qual o prazo? Até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.</p>
	<p>A regularidade fiscal pode ser provada:</p> <p>Prova da regularidade fiscal</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante; ou 2. pela apresentação dos documentos constantes no 9º do Decreto Estadual nº 2.121/2018, quando não for possível consulta aos sistemas oficiais.

<p>QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> 5% do valor inicial do contrato, em qualquer das seguintes formas:</p> <p>a) Caução em dinheiro ou em título de dívida pública;</p> <p>b) Fiança bancária;</p> <p>c) Seguro-garantia</p> <p>Se, por qualquer razão, for necessária a prorrogação do Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada a providenciar a renovação do prazo de validade da garantia, nos termos e condições originalmente aprovados pela CONTRATANTE.</p>
--	---

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

<p>DOCUMENTOS MÍNIMOS</p>	<ol style="list-style-type: none"> a) Contrato Social/Estatuto Social/Documents pessoais, no caso de pessoa física) b) Documentos dos representantes legais, se couber; c) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); d) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; e) Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; f) Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei g) Regularidade perante a Justiça do Trabalho; h) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; i) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da
----------------------------------	--

	sede do licitante
--	-------------------

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA

<p>HÁ OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS PARA A CONTRATADA?</p>	<p><input type="checkbox"/> Inexistente</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Existente</p> <p>a) A CONTRATADA deverá cumprir fielmente as disposições previstas na legislação vigente, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSANPA (arts. 172 a 175) e no contrato, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé.</p> <p>b) Executar os serviços conforme normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (ABNT-NBR-14565 – Procedimento básico para elaboração de projetos de cabeamento de telecomunicações para rede interna estruturada; ABNT-NBR-16415 – Caminhos e espaços para cabeamento estruturado; ABNT-NBR-16665 – Cabeamento estruturado para data centers; ABNT-NBR-16869-1 – Requisitos para planejamento de cabeamento estruturado; ABNT-NBR-14136 – Padronização de plugues e tomadas no Brasil), bem como as especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários.</p> <p>c) Garantir que os profissionais que participem dos serviços a serem executados estão capacitados e com experiência comprovada por certificados e declaração de experiência profissional e/ou outros que atestem sua capacidade para execução do presente objeto.</p> <p>d) Fornecer, gratuitamente, ao pessoal sob sua responsabilidade, o Equipamento de Proteção Individual – EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sempre que as medidas de proteção coletiva forem tecnicamente inviáveis ou não oferecerem proteção.</p> <p>e) Treinar e orientar seus empregados para o uso adequado e obrigatório do EPI, substituindo-o quando danificado ou extraviado e se responsabilizando pela sua higienização e manutenção;</p> <p>f) Deverá se responsabilizar por todas as despesas com deslocamento, alimentação, viagem, hospedagem e quaisquer outras que se façam necessárias para execução dos serviços, exclusivamente referente ao pessoal da CONTRATADA.</p> <p>g) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados</p>
--	--

	<p>em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.</p> <ul style="list-style-type: none">h) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.i) Apresentar à CONTRATANTE, quando for solicitado, a relação nominal dos empregados que adentrarão a Companhia para a execução do serviço.j) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.k) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.l) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.m) Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.n) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.o) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.p) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
--	---

Cidade (PA), 10 de março de 2025.

(Assinatura)

MÁRCIA COSTA

Gerente da UEST

DRT: 20201-0

APÊNDICE I**RELAÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS
(MODELO DE PROPOSTA)**

LOTE ÚNICO					
Item	Descrição	Und	Estimativa anual	Valor Unitário	Total
1	Fornecimento, lançamento e manutenção de cabo par trançado categoria 6, incluindo todos os materiais e acessórios necessários para a instalação, podendo o lançamento do cabo ser através de infraestrutura externa ou interna (a ser definido pela CONTRATANTE).	MTS	8000		
2	Conectorização de Ponto de Rede CAT6 (RJ45, Patch Panel e patch voice/ou tomada fêmea, incluindo todos os materiais e acessórios para a instalação.	UND	800		
3	Instalação de patch cord de 0,5; 1,5; 2,5 e 3,5 metros	UND	1000		
4	Lançamento de cabo de fibra óptica SM CFOA-AS com 6 e 12 pares, incluindo cordoalhas e todos os materiais e acessórios necessários para a instalação, podendo o lançamento do cabo ser através de infraestrutura subterrânea, área, ou em outro tipo de infraestrutura.	MTS	800		
5	Lançamento de fibra óptica MM com 6 e 12 pares,	MTS	300		

	Incluindo cordoalhas e todos os materiais e acessórios necessários para a instalação, podendo o lançamento do cabo ser através de infraestrutura subterrânea, área, ou em outro tipo de infraestrutura.				
6	Emenda óptica por fusão em fibra óptica SM com emissão de relatório OTDR	UND	250		
7	Organização de rack 8 a 12U, com cabeamento UTP incluindo as identificações necessárias (por patch panel de 24 portas) usando rotuladora eletrônica e realocação dos equipamentos dentro do rack incluindo equipamentos passivos patch panels, guias de cabo, tampas cegas, e porcas gaiolas.	UND	10		
8	Lançamento, instalação e manutenção de cabo par trançado categoria 6, incluindo todos os materiais e acessórios necessários para a instalação de AP corporativos, podendo o lançamento do cabo ser através de infraestrutura externa ou interna (a ser definido pela CONTRATANTE)	UND	20		
Suprimentos de Infraestrutura de Redes de Computadores (Entregues pela CONTRATADA)					
9	Instalação de caixa de emendas de fibra óptica aérea de 6 e 12 fibras	UND	40		

10	Instalação e fornecimento de DIO (s/fusões) de 6 e 12 FO c/ todos os acessórios.	UND	7		
11	Instalação de pigtail Monomodo e multimodo 0.5 metros	UND	50		
12	Instalação de cordão óptico MM 1,5 metro duplex	UND	40		
13	Instalação e fornecimento de conector GBIC mono e multimodo duplex, Módulo Gbic Gigabit monomodo 10km e Módulo Gbic Gigabit monomodo 55-mt	UND	40		
14	Instalação de eletrocalha 3 metros 50x50mm lisa simples, com tampa de encaixe de 50x50mm e com todos os materiais e acessórios necessários para a instalação	UND	50		
15	Instalação de canaleta 30x10x2000mm (Base +Tampa) Sistema ARC Mini e com todos os materiais e acessórios necessários para a instalação.	UND	50		
16	Fixação de switch em rack (com fornecimento de switch, 24 Portas gerenciáveis, com pelo menos 2 portas gbic	UND	30		
17	Certificação e diagnósticos de fibra óptica e pontos lógicos com utilização e emissão de relatório com equipamento devidamente atualizado e calibrado	UND	1500		
18	Comutador de Rede tipo I	UNID	25		

19	Comutador de rede tipo II	UNID	25		
20	Comutador de rede tipo III	UNID	25		
21	Fornecimento, lançamento e manutenção de serviços elétricos para atender à demanda da USTI, incluindo todos os materiais e acessórios necessários para a instalação. O lançamento dos cabos poderá ser realizado por meio de infraestrutura externa ou interna, utilizando canaleta, conduíte ou eletroduto, conforme definição da CONTRATANTE.	MTS	1500		
		VALOR GLOBAL ESTIMADO **			

APÊNDICE II

RELAÇÃO DE ENDEREÇOS DAS UNIDADES DA COSANPA

UNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO
UNIBR	ANANINDEUA	Rua WE - 13 n° 332, Cidade Nova II - Coqueiro Unidade BR
SEDE	BELÉM	Av. José Bonifácio s/n, entre Av. Magalhães Barata e Av. Gov. José Malcher - São Brás
UNAM	BELÉM	Passagem Santo Antônio, s/n - Bangui
UNINORTE	BELÉM	Tv. Angustura s/n Esquina com a Av. Marques de Herval - Pedreira/Unidade Norte
UNISUL	BELÉM	Padre Eutiquio, Cremação
LOJA DE ATENDIMENTO	ICOARACI	Tv. São Roque s/n, entre 7ª Rua e 8 de setembro - Ponta Grossa
LOJA DE ATENDIMENTO	MARITUBA	Av. Fernando Guilhon, 4616 - Centro Secretaria Municipal / SEDETER
LOJA DE ATENDIMENTO	MOSQUEIRO	Tv. Pratiqara, 181, em frente a praça matriz na vila, ao lado do centro cultural

APÊNDICE 3

FICHA TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS

PARA O ITEM 17 DO APÊNDICE 1

17.1. Equipamento do tipo comutador de rede ethernet com capacidade de operação em camada 3 do modelo OSI.

17.2. Deve possuir 24 (vinte e quatro) interfaces do tipo 1000Base-T para conexão de cabos de par metálico UTP com conector RJ-45. Deve implementar a autonegociação de velocidade e duplex destas interfaces, além de negociar automaticamente a conexão de cabos crossover (MDI/MDI-X).

17.3. Adicionalmente, deve possuir 4 (quatro) slots SFP+ para conexão de fibras ópticas do tipo 10GBase-X operando em 1GbE e 10GbE. Estas interfaces não devem ser do tipo combo e devem operar simultaneamente em conjunto com as interfaces do item anterior.

17.4. Devem ser fornecidas com cada switch, no mínimo, 02 (dois) transceivers padrão 10GBASE-SR do mesmo fabricante, para fazer a conectividade através dos uplinks com a camada de distribuição da rede.

17.5. Deve possuir porta console para acesso à interface de linha de comando (CLI) do equipamento através de conexão serial. O cabo e eventuais adaptadores necessários para acesso à porta console deverão ser fornecidos.

17.6. Deve possuir capacidade de comutação de pelo menos 128 Gbps e ser capaz de encaminhar até 96Mpps (milhões de pacotes por segundo).

17.7. Deve suportar 4000 (quatro mil) VLANs de acordo com o padrão IEEE 802.1Q.

17.8. Deve possuir tabela MAC com suporte a 32.000 endereços.

17.9. Deve operar com latência igual ou inferior à 5 us para porta GE e 3 para porta 10GE (microsegundo).

17.10. Deve implementar Flow Control baseado no padrão IEEE 802.3X

17.11. Deve permitir a configuração de links agrupados virtualmente (link aggregation) de acordo com o padrão IEEE

802.3ad (Link Aggregation Control Protocol – LACP).

17.12. Deve identificar automaticamente telefones IP que estejam conectados e associá-los automaticamente a VLAN de voz.

17.13. Deve implementar roteamento (camada 3 do modelo OSI) entre as VLANs.

17.14. Deve suportar a criação de rotas estáticas em IPv4 e IPv6.

17.15. Deve implementar serviço de DHCP Relay e Snooping.

17.16. Deve suportar IGMP Snooping versões V1/V2/V3, com capacidade para até 256 grupos multicast.

17.17. Deve permitir o espelhamento do tráfego de uma porta para outra porta do mesmo switch (Port Mirroring (SPAN) / RSPAN).

17.18. Deve implementar Spanning Tree conforme os padrões IEEE 802.1w (Rapid Spanning Tree) e IEEE 802.1s (Multiple Spanning Tree). Deve implementar pelo menos 30 (quinze) instâncias de Multiple Spanning Tree.

17.19. Deve implementar recurso conhecido como PortFast ou Edge Port para que uma porta de acesso seja colocada imediatamente no status do Spanning Tree após sua conexão física.

17.20. Suporte a Root Guard para proteger de contra-ataques.

17.21. Deve permitir a suspensão de recebimento de BPDUs (Bridge Protocol Data Units) caso a porta esteja colocada no modo “fast forwarding” (conforme previsto no padrão IEEE 802.1w). Sendo recebido um BPDU neste tipo de porta deve ser possível desabilitá-la automaticamente.

17.22. Deve possuir mecanismo conhecido como Loop Guard para identificação de loops na rede. Deve desativar a interface e gerar um evento quando um loop for identificado.

17.23. Deve possuir mecanismo para identificar interfaces em constantes mudanças de status de operação (flapping) que podem ocasionar instabilidade na rede. O switch deverá desativar a interface automaticamente caso o número de variações de status esteja acima do limite configurado para o período estabelecido em segundos.

17.24. Suporte a supressão de tempestades (broadcast, multicast e unicast) configurada por PPS ou BPS.

17.25. Deve suportar a criação de listas de acesso (ACLs) para filtragem de tráfego. Estas devem estar baseadas nos seguintes parâmetros para classificação do tráfego: endereço IP de origem e destino, endereço MAC de origem e destino, portas TCP e UDP, campo DSCP, campo CoS e VLAN ID.

17.26. Deve permitir a definição de dias e horários que a ACL deverá ser aplicada na rede.

17.27. Suporte a priorização de tráfego baseada em IEEE 802.1p.

17.28. Deverá implementar priorização de tráfego baseada nos valores do campo "Differentiated Services Code Point" (DSCP) do cabeçalho IP.

17.29. Deve possuir ao menos 8 (oito) filas de priorização (QoS) por porta.

17.30. Suporte a IP Source Guard e ARP Detection.

17.31. Deve implementar Suporte a DHCP Snooping com Option 82.

17.32. Deve implementar controle de acesso por porta através do padrão IEEE 802.1X com assinalamento dinâmico de VLAN por usuário com base em atributos recebidos através do protocolo RADIUS.

17.33. Deve suportar a autenticação IEEE 802.1X de múltiplos dispositivos em cada porta do switch. Apenas o tráfego dos dispositivos autenticados é que devem ser comutados na porta.

17.34. Deve suportar a autenticação simultânea de dispositivos em cada porta através do protocolo IEEE 802.1X.

17.35. Deve suportar MAC Authentication Bypass (MAB).

17.36. Deve implementar RADIUS CoA (Change of Authorization).

17.37. Deve possuir recurso para monitorar a disponibilidade dos servidores RADIUS.

17.38. Suporte a VLAN padrão (fallback VLAN) em caso de falha dos servidores RADIUS.

17.39. Suporte a Guest VLAN para dispositivos não autenticados via 802.1X.

17.40. Deve ser capaz de operar em modo de monitoramento para autenticações 802.1X. Desta forma, o switch deve permitir que sejam realizados testes de autenticação nas portas sem tomar ações tal como reconfigurar a interface.

17.41. Deve ser capaz de autenticar um computador via 802.1X mesmo que este esteja conectado através de uma interface do telefone IP.

17.42. Deve ser compatível com autenticação e contabilização RADIUS em IPv6.

17.43. Deve permitir configurar o número máximo de endereços MAC que podem ser aprendidos em uma determinada porta. Caso o número máximo seja excedido, o switch deverá gerar um log de evento para notificar o problema

17.44. Deve permitir a customização do tempo em segundos em que um determinado MAC Address aprendido dinamicamente ficará armazenado na tabela de endereços MAC (MAC Table).

17.45. Deve ser capaz de gerar log de eventos quando um novo endereço MAC Address for aprendido dinamicamente nas interfaces, quando o MAC Address mover entre interfaces do mesmo switch e quando o MAC Address for removido da interface.

17.46. Deve suportar o protocolo NTP (Network Time Protocol) ou SNTP (Simple Network Time Protocol) para a sincronização do relógio.

17.47. Deve suportar o envio de mensagens de log para servidores externos através de syslog.

17.48. Deve suportar o protocolo SNMP (Simple Network Management Protocol) nas versões v1, v2c e v3.

17.49. Deve suportar o protocolo SSH em IPv4 e IPv6 para configuração e administração remota através de CLI (Command Line Interface)

- 17.50. Deve suportar o protocolo HTTPS para configuração e administração remota através de interface web.
- 17.51. Deve permitir upload de arquivo e atualização do firmware (software) do switch através da interface web (HTTPS).
- 17.52. Deve permitir ser gerenciado através de IPv6.
- 17.53. Deve permitir a criação de perfis de usuários administrativos com diferentes níveis de permissões para administração e configuração do switch
- 17.54. Deve suportar autenticação via RADIUS e TACACS+ para controle do acesso administrativo ao equipamento.
- 17.55. Deverá possuir mecanismo para identificar conflitos de endereços IP na rede. Caso um conflito seja identificado, o switch deverá gerar um log de evento e enviar um SNMP Trap.
- 17.56. Deve suportar o protocolo LLDP e LLDP-MED para descoberta automática de equipamentos na rede de acordo com o padrão IEEE 802.1ab.
- 17.57. Deverá ser capaz de executar testes nas interfaces para identificar problemas físicos nos cabos de par trançado (UTP) conectados ao switch. Deverá executar os testes em todos os pares do cabo, informar o resultado do teste para cada par do cabo, além de informar a distância total do cabo.
- 17.58. Deverá suportar ser configurado e monitorado através de REST API.
- 17.59. Deve suportar o padrão IEEE 802.3az (Energy Efficient Ethernet - EEE).
- 17.60. Deve possuir LEDs que indiquem o status de atividade de cada porta, além de indicar se há alguma falha ou alarme no switch.
- 17.61. Deve suportar temperatura de operação de até 50º Celsius.
- 17.62. Deve possuir MTBF (Mean Time Between Failures) igual ou superior a 10 (dez) anos.
- 17.63. Deve ser fornecido com fonte de alimentação interna com capacidade para operar em tensões de 110V e 220V.
- 17.64. Deve permitir a sua instalação física em rack padrão 19" com altura máxima de 1U. Todos os acessórios para montagem e fixação devem ser fornecidos.
- 17.65. Deve prover indicadores de saúde dos elementos críticos do ambiente
- 17.66. Deve registrar eventos para auditoria de todos os acessos e mudanças de configuração realizadas por usuários.
- 17.67. Deve possuir API no formato REST.

PARA O ITEM 18 DO APÊNDICE 1

- 18.1. Equipamento do tipo comutador de rede ethernet com capacidade de operação em camada 3 do modelo OSI.
- 18.2. Deve possuir 48 (quarenta e oito) interfaces do tipo 1000Base-T para conexão de cabos de par metálico UTP com conector RJ-45. Deve implementar a autonegociação de velocidade e duplex destas interfaces, além de negociar automaticamente a conexão de cabos crossover (MDI/MDI-X).
- 18.3. Adicionalmente, deve possuir 6 (seis) slots SFP+ para conexão de fibras ópticas do tipo 10GBase-X operando em 1GbE e 10GbE. Estas interfaces não devem ser do tipo combo e devem operar simultaneamente em conjunto com as interfaces do item anterior.
- 18.4. Devem ser fornecidas juntamente com cada switch, no mínimo, 02 (dois) transceivers padrão 10GBASE-SR do mesmo fabricante, para fazer a conectividade através dos uplinks com a camada de distribuição da rede.

- 18.5. Deve possuir porta console para acesso à interface de linha de comando (CLI) do equipamento através de conexão serial. O cabo e eventuais adaptadores necessários para acesso à porta console deverão ser fornecidos.
- 18.6. Deve possuir capacidade de comutação de pelo menos 216 Gbps e ser capaz de encaminhar até 161Mpps (milhões de pacotes por segundo).
- 18.7. Deve suportar 4000 (quatro mil) VLANs de acordo com o padrão IEEE 802.1Q.
- 18.8. Deve possuir tabela MAC com suporte a 32.000 endereços.
- 18.9. Deve operar com latência igual ou inferior à 5 us para porta GE e 3 para porta 10GE (microsegundo).
- 18.10. Deve implementar Flow Control baseado no padrão IEEE 802.3X
- 18.11. Deve permitir a configuração de links agrupados virtualmente (link aggregation) de acordo com o padrão IEEE 802.3ad (Link Aggregation Control Protocol – LACP).
- 18.12. Deve identificar automaticamente telefones IP que estejam conectados e associá-los automaticamente a VLAN de voz.
- 18.13. Deve implementar roteamento (camada 3 do modelo OSI) entre as VLANs.
- 18.14. Deve suportar a criação de rotas estáticas em IPv4 e IPv6.
- 18.15. Deve implementar serviço de DHCP Relay e Snooping.
- 18.16. Deve suportar IGMP Snooping versões V1/V2/V3, com capacidade para até 256 grupos multicast.
- 18.17. Deve permitir o espelhamento do tráfego de uma porta para outra porta do mesmo switch (Port Mirroring (SPAN) / RSPAN).
- 18.18. Deve implementar Spanning Tree conforme os padrões IEEE 802.1w (Rapid Spanning Tree) e IEEE 802.1s (Multiple Spanning Tree). Deve implementar pelo menos 30 (quinze) instâncias de Multiple Spanning Tree.
- 18.19. Deve implementar recurso conhecido como PortFast ou Edge Port para que uma porta de acesso seja colocada imediatamente no status "Forwarding" do Spanning Tree após sua conexão física.
- 18.20. Suporte a Root Guard para proteger a "root bridge" contra-ataques.
- 18.21. Deve permitir a suspensão de recebimento de BPDUs (Bridge Protocol Data Units) caso a porta esteja colocada no modo "fast forwarding" (conforme previsto no padrão IEEE 802.1w). Sendo recebido um BPDU neste tipo de porta deve ser possível desabilitá-la automaticamente.
- 18.22. Deve possuir mecanismo conhecido como Loop Guard para identificação de loops na rede. Deve desativar a interface e gerar um evento quando um loop for identificado.
- 18.23. Deve possuir mecanismo para identificar interfaces em constantes mudanças de status de operação (flapping) que podem ocasionar instabilidade na rede. O switch deverá desativar a interface automaticamente caso o número de variações de status esteja acima do limite configurado para o período estabelecido em segundos.
- 18.24. Suporte a supressão de tempestades (broadcast, multicast e unicast) configurada por PPS ou BPS.
- 18.25. Deve suportar a criação de listas de acesso (ACLs) para filtragem de tráfego. Estas devem estar baseadas nos seguintes parâmetros para classificação do tráfego: endereço IP de origem e destino, endereço MAC de origem e destino, portas TCP e UDP, campo DSCP, campo CoS e VLAN ID.
- 18.26. Deve permitir a definição de dias e horários que a ACL deverá ser aplicada na rede.
- 18.27. Suporte a priorização de tráfego baseada em IEEE 802.1p.
- 18.28. Deverá implementar priorização de tráfego baseada nos valores do campo "Differentiated Services Code Point" (DSCP) do cabeçalho IP.
- 18.29. Deve possuir ao menos 8 (oito) filas de priorização (QoS) por porta.
- 18.30. Suporte a IP Source Guard e ARP Detection..
- 18.31. Deve implementar Suporte a DHCP Snooping com Option 82.
- 18.32. Deve implementar controle de acesso por porta através do padrão IEEE 802.1X com assinalamento dinâmico de VLAN por usuário com base em atributos recebidos através do protocolo RADIUS.

- 18.33. Deve suportar a autenticação IEEE 802.1X de múltiplos dispositivos em cada porta do switch. Apenas o tráfego dos dispositivos autenticados é que devem ser comutados na porta.
- 18.34. Deve suportar a autenticação simultânea de dispositivos em cada porta através do protocolo IEEE 802.1X.
- 18.35. Deve suportar MAC Authentication Bypass (MAB).
- 18.36. Deve implementar RADIUS CoA (Change of Authorization).
- 18.37. Deve possuir recurso para monitorar a disponibilidade dos servidores RADIUS.
- 18.38. Suporte a VLAN padrão (fallback VLAN) em caso de falha dos servidores RADIUS.
- 18.39. Suporte a Guest VLAN para dispositivos não autenticados via 802.1X.
- 18.40. Deve ser capaz de operar em modo de monitoramento para autenticações 802.1X. Desta forma, o switch deve permitir que sejam realizados testes de autenticação nas portas sem tomar ações tal como reconfigurar a interface.
- 18.41. Deve ser capaz de autenticar um computador via 802.1X mesmo que este esteja conectado através de uma interface do telefone IP.
- 18.42. Deve ser compatível com autenticação e contabilização RADIUS em IPv6.
- 18.43. Deve permitir configurar o número máximo de endereços MAC que podem ser aprendidos em uma determinada porta. Caso o número máximo seja excedido, o switch deverá gerar um log de evento para notificar o problema.
- 18.44. Deve permitir a customização do tempo em segundos em que um determinado MAC Address aprendido dinamicamente ficará armazenado na tabela de endereços MAC (MAC Table).
- 18.45. Deve ser capaz de gerar log de eventos quando um novo endereço MAC Address for aprendido dinamicamente nas interfaces, quando o MAC Address mover entre interfaces do mesmo switch e quando o MAC Address for removido da interface.
- 18.46. Deve suportar o protocolo NTP (Network Time Protocol) ou SNTP (Simple Network Time Protocol) para a sincronização do relógio.
- 18.47. Deve suportar o envio de mensagens de log para servidores externos através de syslog.
- 18.48. Deve suportar o protocolo SNMP (Simple Network Management Protocol) nas versões v1, v2c e v3.
- 18.49. Deve suportar o protocolo SSH em IPv4 e IPv6 para configuração e administração remota através de CLI (Command Line Interface).
- 18.50. Deve suportar o protocolo HTTPS para configuração e administração remota através de interface web.
- 18.51. Deve permitir upload de arquivo e atualização do firmware (software) do switch através da interface web (HTTPS).
- 18.52. Deve permitir ser gerenciado através de IPv6.
- 18.53. Deve permitir a criação de perfis de usuários administrativos com diferentes níveis de permissões para administração e configuração do switch.
- 18.54. Deve suportar autenticação via RADIUS e TACACS+ para controle do acesso administrativo ao equipamento.
- 18.55. Deverá possuir mecanismo para identificar conflitos de endereços IP na rede. Caso um conflito seja identificado, o switch deverá gerar um log de evento e enviar um SNMP Trap.
- 18.56. Deve suportar o protocolo LLDP e LLDP-MED para descoberta automática de equipamentos na rede de acordo com o padrão IEEE 802.1ab.
- 18.57. Deverá ser capaz de executar testes nas interfaces para identificar problemas físicos nos cabos de par trançado (UTP) conectados ao switch. Deverá executar os testes em todos os pares do cabo, informar o resultado do teste para cada par do cabo, além de informar a distância total do cabo.
- 18.58. Deverá suportar ser configurado e monitorado através de REST API.
- 18.59. Deve suportar o padrão IEEE 802.3az (Energy Efficient Ethernet - EEE).

- 18.60. Deve possuir LEDs que indiquem o status de atividade de cada porta, além de indicar se há alguma falha ou alarme no switch.
- 18.61. Deve suportar temperatura de operação de até 50º Celsius.
- 18.62. Deve possuir MTBF (Mean Time Between Failures) igual ou superior a 10 (dez) anos.
- 18.63. Deve ser fornecido com fonte de alimentação interna com capacidade para operar em tensões de 110V e 220V.
- 18.64. Deve permitir a sua instalação física em rack padrão 19" com altura máxima de 1U. Todos os acessórios para montagem e fixação deverão ser fornecidos.
- 18.65. Deve prover indicadores de saúde dos elementos críticos do ambiente
- 18.66. Deve registrar eventos para auditoria de todos os acessos e mudanças de configuração realizadas por usuários.
- 18.67. Deve possuir API no formato REST.

COMUTADOR DE REDE TIPO III

- 19.1 Equipamento do tipo comutador de rede ethernet com capacidade de operação em camada 3 do modelo OSI.
- 19.2. Deve possuir 24 (vinte e quatro) interfaces do tipo 1000Base-T para conexão de cabos de par metálico UTP com conector RJ-45. Deve implementar a autonegociação de velocidade e duplex destas interfaces, além de negociar automaticamente a conexão de cabos crossover (MDI/MDI-X).
- 19.3. Adicionalmente, deve possuir 4 (quatro) slots SFP+ para conexão de fibras ópticas do tipo 10GBase-X operando em 1GbE e 10GbE. Estas interfaces não devem ser do tipo combo e devem operar simultaneamente em conjunto com as interfaces do item anterior.
- 19.4. Deverá implementar os padrões IEEE 802.3af (Power over Ethernet – PoE) e IEEE 802.3at (Power over Ethernet Plus – PoE+) com PoE budget de 180W
- 19.5. Devem ser fornecidas juntamente com cada switch, no mínimo, 02 (dois) transceivers padrão 10GBASE-SR do mesmo fabricante, para fazer a conectividade através dos uplinks com a camada de distribuição da rede.
- 19.6. Deve possuir porta console para acesso à interface de linha de comando (CLI) do equipamento através de conexão serial. O cabo e eventuais adaptadores necessários para acesso à porta console deverão ser fornecidos.
- 19.7. Deve possuir capacidade de comutação de pelo menos 128 Gbps e ser capaz de encaminhar até 96Mpps (milhões de pacotes por segundo).
- 19.8. Deve suportar 4000 (quatro mil) VLANs de acordo com o padrão IEEE 802.1Q.
- 19.9. Deve possuir tabela MAC com suporte a 32.000 endereços.
- 19.10. Deve operar com latência igual ou inferior à 5 us para porta GE e 3 para porta 10GE (microsegundo).
- 19.11. Deve implementar Flow Control baseado no padrão IEEE 802.3X
- 19.12. Deve permitir a configuração de links agrupados virtualmente (link aggregation) de acordo com o padrão IEEE 802.3ad (Link Aggregation Control Protocol – LACP).
- 19.13. Deve identificar automaticamente telefones IP que estejam conectados e associá-los automaticamente a VLAN de voz.
- 19.14. Deve implementar roteamento (camada 3 do modelo OSI) entre as VLANs.
- 19.15. Deve suportar a criação de rotas estáticas em IPv4 e IPv6.
- 19.16. Deve implementar serviço de DHCP Relay e Snooping.
- 19.17. Deve suportar IGMP Snooping versões V1/V2/V3, com capacidade para até 256 grupos multicast.

- 19.18. Deve permitir o espelhamento do tráfego de uma porta para outra porta do mesmo switch (Port Mirroring (SPAN) / RSPAN).
- 19.19. Deve implementar Spanning Tree conforme os padrões IEEE 802.1w (Rapid Spanning Tree) e IEEE 802.1s (Multiple Spanning Tree). Deve implementar pelo menos 30 (quinze) instâncias de Multiple Spanning Tree.
- 19.20. Deve implementar recurso conhecido como PortFast ou Edge Port para que uma porta de acesso seja colocada imediatamente no status "Forwarding" do Spanning Tree após sua conexão física.
- 19.21. Suporte a Root Guard para proteger a "root bridge" contra ataques.
- 19.22. Deve permitir a suspensão de recebimento de BPDUs (Bridge Protocol Data Units) caso a porta esteja colocada no modo "fast forwarding" (conforme previsto no padrão IEEE 802.1w). Sendo recebido um BPDU neste tipo de porta deve ser possível desabilitá-la automaticamente.
- 19.23. Deve possuir mecanismo conhecido como Loop Guard para identificação de loops na rede. Deve desativar a interface e gerar um evento quando um loop for identificado.
- 19.24. Deve possuir mecanismo para identificar interfaces em constantes mudanças de status de operação (flapping) que podem ocasionar instabilidade na rede. O switch deverá desativar a interface automaticamente caso o número de variações de status esteja acima do limite configurado para o período estabelecido em segundos.
- 19.25. Suporte a supressão de tempestades (broadcast, multicast e unicast) configurada por PPS ou BPS.
- 3.26. Deve suportar a criação de listas de acesso (ACLs) para filtragem de tráfego. Estas devem estar baseadas nos seguintes parâmetros para classificação do tráfego: endereço IP de origem e destino, endereço MAC de origem e destino, portas TCP e UDP, campo DSCP, campo CoS e VLAN ID.
- 19.27. Deve permitir a definição de dias e horários que a ACL deverá ser aplicada na rede.
- 19.28. Suporte à priorização de tráfego baseada em IEEE 802.1p.
- 19.29. Deverá implementar priorização de tráfego baseada nos valores do campo "Differentiated Services Code Point" (DSCP) do cabeçalho IP.
- 19.30. Deve possuir ao menos 8 (oito) filas de priorização (QoS) por porta.
- 19.31. Suporte a IP Source Guard e ARP Detection..
- 19.32. Deve implementar Suporte a DHCP Snooping com Option 82.
- 19.33. Deve implementar controle de acesso por porta através do padrão IEEE 802.1X com assinalamento dinâmico de VLAN por usuário com base em atributos recebidos através do protocolo RADIUS.
- 19.34. Deve suportar a autenticação IEEE 802.1X de múltiplos dispositivos em cada porta do switch. Apenas o tráfego dos dispositivos autenticados é que devem ser comutados na porta.
- 19.35. Deve suportar a autenticação simultânea de dispositivos em cada porta através do protocolo IEEE 802.1X.
- 19.36. Deve suportar MAC Authentication Bypass (MAB).
- 19.37. Deve implementar RADIUS CoA (Change of Authorization).
- 19.38. Deve possuir recurso para monitorar a disponibilidade dos servidores RADIUS.
- 19.39. Suporte a VLAN padrão (fallback VLAN) em caso de falha dos servidores RADIUS.
- 19.40. Suporte a Guest VLAN para dispositivos não autenticados via 802.1X.
- 19.41. Deve ser capaz de operar em modo de monitoramento para autenticações 802.1X. Desta forma, o switch deve permitir que sejam realizados testes de autenticação nas portas sem tomar ações tal como reconfigurar a interface.
- 19.42. Deve ser capaz de autenticar um computador via 802.1X mesmo que este esteja conectado através de uma interface do telefone IP.
- 19.43. Deve ser compatível com autenticação e contabilização RADIUS em IPv6.
- 19.44. Deve permitir configurar o número máximo de endereços MAC que podem ser aprendidos em uma

- determinada porta. Caso o número máximo seja excedido, o switch deverá gerar um log de evento para notificar o problema
- 19.45. Deve permitir a customização do tempo em segundos em que um determinado MAC Address aprendido dinamicamente ficará armazenado na tabela de endereços MAC (MAC Table).
- 19.46. Deve ser capaz de gerar log de eventos quando um novo endereço MAC Address for aprendido dinamicamente nas interfaces, quando o MAC Address mover entre interfaces do mesmo switch e quando o MAC Address for removido da interface.
- 19.47. Deve suportar o protocolo NTP (Network Time Protocol) ou SNTP (Simple Network Time Protocol) para a sincronização do relógio.
- 19.48. Deve suportar o envio de mensagens de log para servidores externos através de syslog.
- 19.49. Deve suportar o protocolo SNMP (Simple Network Management Protocol) nas versões v1, v2c e v3.
- 19.50. Deve suportar o protocolo SSH em IPv4 e IPv6 para configuração e administração remota através de CLI (Command Line Interface)
- 19.51. Deve suportar o protocolo HTTPS para configuração e administração remota através de interface web.
- 19.52. Deve permitir upload de arquivo e atualização do firmware (software) do switch através da interface web (HTTPS).
- 19.53. Deve permitir ser gerenciado através de IPv6.
- 19.54. Deve permitir a criação de perfis de usuários administrativos com diferentes níveis de permissões para administração e configuração do switch
- 19.55. Deve suportar autenticação via RADIUS e TACACS+ para controle do acesso administrativo ao equipamento.
- 19.56. Deverá possuir mecanismo para identificar conflitos de endereços IP na rede. Caso um conflito seja identificado, o switch deverá gerar um log de evento e enviar um SNMP Trap.
- 19.57. Deve suportar o protocolo LLDP e LLDP-MED para descoberta automática de equipamentos na rede de acordo com o padrão IEEE 802.1ab.
- 19.58. Deverá ser capaz de executar testes nas interfaces para identificar problemas físicos nos cabos de par trançado (UTP) conectados ao switch. Deverá executar os testes em todos os pares do cabo, informar o resultado do teste para cada par do cabo, além de informar a distância total do cabo.
- 19.59. Deverá suportar ser configurado e monitorado através de REST API.
- 19.60. Deve suportar o padrão IEEE 802.3az (Energy Efficient Ethernet - EEE).
- 19.61. Deve possuir LEDs que indiquem o status de atividade de cada porta, além de indicar se há alguma falha ou alarme no switch.
- 19.62. Deve suportar temperatura de operação de até 50º Celsius.
- 19.63. Deve possuir MTBF (Mean Time Between Failures) igual ou superior a 10 (dez) anos.
- 19.64. Deve ser fornecido com fonte de alimentação interna com capacidade para operar em tensões de 110V e 220V.
- 19.65. Deve permitir a sua instalação física em rack padrão "19" com altura máxima de 1U. Todos os acessórios para montagem e fixação deverão ser fornecidos.
- 19.66. Deve prover indicadores de saúde dos elementos críticos do ambiente
- 19.67. Deve registrar eventos para auditoria de todos os acessos e mudanças de configuração realizadas por usuários.
- 19.68. Deve possuir API no formato REST.



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2025/2601514

Anexo/Sequencial: 2

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2018.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: MÁRCIA REGINA FERREIRA DA COSTA, **CPF:** ***.952.392-**

Em: 30/04/2025 13:51:47

Aut. Assinatura: bdbc0cea8c85e7088cf625bdbd22abe1c408a8652d651fcabe86c4614f8f0455



Identificador de autenticação: 20211480-eb09-4c64-84e0-b58562588abf

Confira a autenticidade deste documento em
<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

(Em papel timbrado, contendo CNPJ, endereço, telefone e demais dados necessários a formulação do contrato)

À COSANPA-Companhia de Saneamento do Pará

Ao (A) Pregoeiro (a)

Apresentamos a V.^{sa}, nossa proposta de preços de fornecimento dos serviços, nos termos do Edital e seus Anexos, conforme abaixo relacionado:

LOTE ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Fornecimento, lançamento e manutenção de cabo par trançado categoria 6, incluindo todos os materiais e acessórios necessários para a instalação, podendo o lançamento do cabo ser através de infraestrutura externa ou interna (a ser definido pela CONTRATANTE).	8.000	m		
2	Conectorização de Ponto de Rede CAT6 (RJ45, Patch Panel e patch voice/ou tomada fêmea, incluindo todos os materiais e acessórios para a instalação.	800	UND		
3	Instalação de patch cord de 0,5; 1,5; 2,5 e 3,5 metros	1.000	UND		
4	Lançamento de cabo de fibra óptica SM CFOA-AS com 6 e 12 pares, incluindo cordoalhas e todos os materiais e acessórios necessários para a instalação, podendo o lançamento do cabo ser através de infraestrutura subterrânea, área, ou em outro tipo de infraestrutura	800	M		
5	Lançamento de fibra óptica MM com 6 e 12 pares, incluindo cordoalhas e todos os materiais e acessórios necessários para a instalação, podendo o lançamento do cabo ser através de infraestrutura subterrânea, área, ou em outro tipo de infraestrutura.	300	M		
6	Emenda óptica por fusão em fibra óptica SM com emissão de relatório OTDR.	250	UND		
7	Organização de rack 8 a 12U, com cabeamento UTP incluindo as identificações necessárias (por patch panel de 24 portas) usando rotuladora eletrônica e realocação dos equipamentos dentro do rack incluindo equipamentos passivos patch panels, guias de cabo, tampas cegas, e porcas gaiolas.	10	UND		



8	Lançamento, instalação e manutenção de cabo par trançado categoria 6, incluindo todos os materiais e acessórios necessários para a instalação de AP corporativos, podendo o lançamento do cabo ser através de infraestrutura externa ou interna (a ser definido pela CONTRATANTE).	20	UND		
Suprimentos de Infraestrutura de Redes de Computadores (Entregues pela CONTRATADA)					
9	Instalação de caixa de emendas de fibra óptica aérea de 6 e 12 fibras.	40	UND		
10	Instalação e fornecimento de DIO (s/fusões) de 6 e 12 FOC/ todos os acessórios.	7	UND		
11	Instalação de pigtail Monomodo e multimodo 0.5metros	50	UND		
12	Instalação de cordão óptico MM 1,5 metro duplex	40	UND		
13	Instalação e fornecimento de conector GBIC mono e multimodo duplex, Módulo Gbic Gigabit monomodo10km e Módulo Gbic Gigabit monomodo 55-mt	40	UND		
14	Instalação de eletrocalha 3 metros 50x50mm lisa simples, com tampa de encaixe de 50x50mm e com todos os materiais e acessórios necessários para a instalação	50	UND		
15	Instalação de canaleta 30x10x2000mm (Base +Tampa) Sistema ARC Mini e com todos os materiais e acessórios necessários para a instalação.	50	UND		
16	Fixação de switch em rack (com fornecimento de switch,24 Portas gerenciáveis, com pelo menos 2 portas gbic	30	UND		
17	Certificação e diagnósticos de fibra óptica e pontos lógicos com utilização e emissão de relatório com equipamento devidamente atualizado e calibrado.	1.500	UND		
18	Comutador de Rede tipo I	25	UND		
19	Comutador de rede tipo II	25	UND		
20	Comutador de rede tipo III	25	UND		
21	Fornecimento, lançamento e manutenção de serviços elétricos para atender à demanda da USTI, incluindo todos os materiais e acessórios necessários para a instalação. O lançamento dos cabos poderá ser realizado por meio de infraestrutura externa ou interna, utilizando canaleta, conduíte ou eletroduto, conforme definição da CONTRATANTE.	1.500	M		
VALOR TOTAL R\$					



COMPANHIA
DE SANEAMENTO
DO PARÁ



Prazo de validade da Proposta de Preços: não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

Prazo de entrega e fornecimento dos serviços: conforme Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Declaramos:

- Que nos comprometemos a fornecer os serviços objeto deste Edital, nas condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos;
- Que estamos de pleno acordo com todas as condições e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Edital, Termo de Referência e instrumento de Contrato;
- Estar cientes da responsabilidade administrativa, civil e penal, bem como ter tomado conhecimento de todas as informações e condições necessárias à correta cotação do objeto licitado;
- Que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;
- Que cumprimos todos os **prazos** estabelecidos no Edital e seus Anexos;
- Que os valores ofertados na proposta serão **fixos e irrevogáveis**.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____

CNPJ/MF: _____

Endereço: _____

CEP: _____

Tel./Fax: _____

Endereço Eletrônico (e-mail): _____

Cidade: _____

UF: _____

Banco: _____

Agência: _____

C/C: _____

Dados do Representante Legal da Empresa:

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____

RG nº: _____ Expedido por: _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

OBS: A empresa poderá utilizar o Anexo II como modelo para a proposta de preços, devendo apresentar a especificação de cada ITEM detalhadamente.

Local e data

Assinatura e carimbo
(representante legal da empresa)


MINUTA DO CONTRATO Nº XX/2025 – COSANPA.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE
CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM COMPANHIA DE
SANEAMENTO DO PARÁ E A
EMPRESA **XXXXXXXXXXXX**.

Pelo presente instrumento particular, **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA**, Sociedade de Economia Mista Estadual por ações, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.945.341/0001-90, e com sede na Avenida Magalhães Barata, nº 1201, bairro São Brás, Belém – Pará, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Presidente Sr. **José Fernando de Mendonça Gomes Júnior**, brasileiro, casado, portador do RG nº 1417441 e CPF nº 217.932.982-20, por seu Diretor Financeiro, Sr. **Vitor Augusto da Silva Borges**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 2761669 e CPF nº 514.629.402-00, e por sua Diretora de Gestão de Pessoas e Logística, Sra. **Paloma Maciel Lins**, brasileira, solteira, portadora do RG nº 4205412 e CPF nº 846.510.242-20, e a empresa **XXXXXXXXXXXX**. Inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXXXX**, com endereço **XXXXXXXXXX**, CEP: **XXXXXX**, endereço eletrônico: email: **XXXXXXXXXXXX**, telefone: **XXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Representante Legal, **XXXXXXXXXXXX**, inscrito no CPF/MF sob o nº **XXXXXXX** e portador da Carteira de Identidade nº **XXXXXX**, têm entre si justa e contratada a assinatura deste Acordo, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 900X/2025 – COSANPA**, e com observância da Lei Federal nº 13.303 de 30.06.2016, do Decreto Estadual nº 2.121 de 28.06.2018, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSANPA - RILC, e dos preceitos de direito privado, mediante as seguintes Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Este Instrumento tem como objeto a prestação de serviços em Infraestrutura elétrica, lógica e óptica Redes de Computadores da Cosanpa, incluindo o fornecimento de todos os materiais destinados a reparos, manutenção e execução de novos projetos, de acordo com as especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS Nº 006/2025-UEST/UEDES/USTI**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO: Este Contrato é vinculado ao **Pregão Eletrônico nº 900X/2025 – COSANPA**, constante no Processo PAE 4.0 **E-2025/2601514**, as cláusulas e condições deste Contrato moldam-se às disposições da Lei Federal nº 13.303 de 30.06.2016, do Decreto Estadual nº 2.121 de 28.06.2018, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSANPA - RILC, e dos preceitos de direito privado, ao qual **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** estão sujeitas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE: Além de outras estabelecidas no Edital ou decorrente do **TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS Nº 006/2025-UEST/UEDES/USTI**, do **Pregão Eletrônico nº 900X/2025 – COSANPA** ou deste Contrato, constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

3.1 DAS OBRIGAÇÕES:

a) Acompanhar, gerir e fiscalizar a execução do objeto deste Contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando a ocorrência de qualquer fato que, a seu critério, exija medida corretiva por parte da **CONTRATADA**. A existência de fiscalização

(91) 3251-7810
gabinete.cosanpa@cosanpa.pa.gov.br
Av. Magalhães Barata, 1201
Cep: 66.060-901
Belém - Pará

cosanpa
cosanpa
cosanpaoficial

Identificador de autenticação: 7d981dfc-0eaa-418b-89da-793527372c1a

Nº do Protocolo: 2025/2601514

Anexo/Sequencial: 19

Página: 1 de 6

pela **CONTRATANTE** de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da **CONTRATADA** por qualquer falha na prestação do Contrato;

b) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** de acordo com as condições de preço, prazo e forma de pagamento estabelecidas nas Cláusulas Sexta e Sétima deste Instrumento.

3.2 DAS RESPONSABILIDADE:

a) Exigir o cumprimento rigoroso de todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente Contrato;

b) Fiscalizar a execução do objeto contratual, sendo que a ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização da **CONTRATANTE**, não eximirá a **CONTRATADA** de integral responsabilidade pela observância do objeto do presente Contrato;

c) Fornecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, quando solicitada, informações formais à **CONTRATADA**, tendo em vista orientá-la sobre quaisquer dúvidas surgidas durante a execução do presente Contrato, ou providências a serem tomadas.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Além de outras estabelecidas no Edital ou decorrente do **TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS Nº 006/2025-UEST/UEDS/USTI**, do **Pregão Eletrônico nº 900X/2025 – COSANPA** ou deste Contrato, constituem obrigações da **CONTRATADA**:

4.1 DAS OBRIGAÇÕES:

a) Entregar o bem na forma, no prazo, no local e de acordo com o objeto, a descrição dos serviços e os anexos, do **TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS Nº 006/2025-UEST/UEDS/USTI**.

b) Assumir como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita execução do objeto contratual;

c) Manter durante toda a execução deste Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação;

d) Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratual;

e) Reparar e corrigir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratual, se verificado vício, defeito ou incorreção resultantes do serviço executado;

f) Credenciar junto à **CONTRATANTE** um representante para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução deste Contrato;

g) Responder por qualquer dano pessoal ou material causado durante a execução deste Contrato;

4.2 DAS RESPONSABILIDADE:

a) A **CONTRATADA** é responsável direta e exclusivamente, pela execução integral da entrega do bem ora contratado, respondendo diretamente pelos danos que, por si, seus prepostos empregados ou subcontratados, por dolo ou culpa, causar à **CONTRATANTE**, ao patrimônio público ou a terceiros, não sendo elidida essa responsabilidade pela fiscalização e/ou acompanhamento da obra pela **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É obrigação da **CONTRATADA**, manter durante a execução do Contrato, todas as condições exigidas na licitação, conforme art. 126, § 9º, do RILC.

CLÁUSULA QUINTA – POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL POR ACORDO ENTRE AS PARTES: Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, e;

- a) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal nº 13.303/16 e RILC/COSANPA;
- b) Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- c) Quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- d) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- e) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR CONTRATUAL: Importa o presente Contrato no valor médio anual estimado de R\$ **XXXXX (XXXXXXXXXXXX)**, conforme Proposta de Preço da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será efetuado pela COSANPA por meio de ordem bancária em conta corrente indicada pela **CONTRATADA**, até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.

7.2. A regularidade fiscal pode ser provada:

- a) Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante.
- b) Pela apresentação dos documentos constantes no art. 9º do Decreto Estadual nº 2.121/2018, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Os recursos orçamentários para realização da despesa correrão por conta de recursos próprios da **COSANPA**, através da conta orçamentária: **4.5.75217.5300.10000.2410.40.323172-SUPORTE E MANUTENÇÃO**.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DE PREÇOS: O reajuste dar-se-á pelo índice do INPC/IBGE, tomando-se por base a data presente no Art. 151 e 152 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSANPA – RILC.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES, MULTAS E SANÇÕES:

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Regimento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da COSANPA:

- a) Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;

- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não manter a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendido aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- b) Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- c) Multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a COSANPA, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

10.3. Também ficam sujeitas a tais penalidades as empresas ou profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no art. 204 do RILC da COSANPA.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à COSANPA, observado o princípio da proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do Contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data da assinatura do referido Instrumento que poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos ou frações, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, mediante comunicação de uma das partes e aceitação da outra, por escrito, observadas as conveniências da Administração da COSANPA e as condições reinantes nesse setor específico.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

12.1. O serviço será prestado conforme emissão de ordem de serviço.

12.2. O serviço deve ser prestado nas unidades da COSANPA localizadas na Região Metropolitana e Interiores do Estado do Pará, conforme apêndice II do Termo de Referência, em data e horário programados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESOLUÇÃO DO CONTRATO: O Contrato resolver-se-á das seguintes formas e nas seguintes condições, garantido o processo legal do contraditório, nos termos do Art. 200 e 201 do RILC e a ampla defesa:

13.1. Por **decorso do prazo de vigência** sem que tenha sido firmado Termo Aditivo Prorrogatório;

13.1.2. Por **distrato**;

13.1.3. Por **denúncia** pela **CONTRATANTE** a qualquer tempo e mediante comunicação escrita, nos termos da Lei 13.303/16.

13.1.4. Por **rescisão** de pleno direito pela **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, mediante notificação extrajudicial à **CONTRATADA**, com a consequente perda da garantia prestada e sem que lhe assista direito a indenização de qualquer espécie, para este fim entendendo-se por justa causa, além das hipóteses previstas no Artigo 200 e 201 do RILC, as situações abaixo:

- a) Se a **CONTRATADA** infringir ou descumprir qualquer das cláusulas, condições ou obrigações assumidas no Contrato ou dele decorrentes;
- b) Desatendimento de determinação do Gestor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como de seus superiores;
- c) Desídia no cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato;
- d) Prática de atos que importem em descrédito comercial para a **CONTRATANTE** ou dano à sua imagem;
- e) Cessão, transferência ou subcontratação parcial do objeto do Contrato sem a prévia anuência do **CONTRATANTE**, bem como associação com terceiro que afete a execução do Contrato, nos termos do Parágrafo único, art. 196, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COSANPA – RILC, e art. 78, da Lei Federal nº 13.303 de 30.06.2016;
- f) Não recolher dentro do prazo determinado multa regularmente imposta;
- g) Incorrer mais de duas vezes em infração para a qual seja legal ou contratualmente cominada pena de multa;
- h) Razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- i) Ocorrência comprovada de caso fortuito ou força maior impeditivo da execução do Contrato.

NOTA: Rescindido o Contrato, poderá o Presidente da **CONTRATANTE**, segundo a gravidade do fato, promover inquérito administrativo a fim de que a **CONTRATADA** seja declarada inidônea para transacionar com a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL: A empresa **CONTRATADA** se obriga a apresentar garantia, antes da assinatura do contrato, numa das seguintes modalidades, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) da contratação:

- a) Caução em dinheiro ou em título de dívida pública;
- b) Fiança bancária;
- c) Seguro-garantia.

14.1. Se, por qualquer razão, for necessária à prorrogação do contrato, a Contratada ficará obrigada a providenciar a renovação do prazo de validade da garantia, nos termos e condições originalmente aprovados pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO: Para a solução de quaisquer dúvidas, litígios ou ações decorrentes este instrumento, em **02** (duas) **vias** de teor e forma, em presença de 02 (duas) deste Contrato Administrativo fica estabelecido pelos contratantes, o foro de Belém/PA, com a renúncia de qualquer outro, especial, privilegiado ou de eleição que tenham ou venham a ter.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REGISTRO E DA PUBLICAÇÃO: O extrato deste Contrato será publicado, na Imprensa Oficial do Estado do Pará, no prazo de **10** (dez) **dias** de sua assinatura, em face do que dispõe o parágrafo 5º do art. 28 da Constituição Estadual.



COMPANHIA
DE SANEAMENTO
DO PARÁ



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ASSINATURA: Estando as partes assim justas e acordadas, após terem lido, entendido e rubricado cada uma de suas páginas, firmam para todos os efeitos jurídicos e legais este instrumento, em **02** (duas) **vias** de teor e forma, em presença de **02** (duas) **testemunhas** instrumentárias abaixo identificadas e firmadas, atribuindo-lhe força executiva judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Belém/PA, _____ de _____ de 2025.

Pela: **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ – COSANPA.**

José Fernando de Mendonça Gomes Júnior
Presidente

Vitor Augusto da Silva Borges
Diretor Financeiro

Paloma Maciel Lins
Diretora de Gestão de Pessoas e Logística

Pela **CONTRATADA:**

XXXXXXXXXX

Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

(91) 3251-7810
 gabinete.cosanpa@cosanpa.pa.gov.br
 Av. Magalhães Barata, 1201
Cep: 66.060-901
Belém - Pará

cosanpa
 cosanpa
 cosanpaoficial

Identificador de autenticação: 7cd981dfc-0eaa-418b-89da-793527372c1a

Nº do Protocolo: 2025/2601514

Anexo/Sequencial: 19

Página: 6 de 6



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2025/2601514

Anexo/Sequencial: 19

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2018.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: Lucidéa Silva Haick, **CPF:** ***.261.492-**

Em: 11/06/2025 16:33:31

Aut. Assinatura: e6780f5d3a4e7a119176efba0d65929a350279ada15d33cd37f2cc4af662383d



Identificador de autenticação: 7d981dfc-0eaa-418b-89da-793527372c1a

Confira a autenticidade deste documento em
<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>